



004ª Audiência Pública 27MAR2025



Pauta: Debater o [PLE nº 006/25](#).

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Boa noite a todos. Procederemos à leitura do edital (Lê.):

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA. AUDIÊNCIA PÚBLICA PROCESSO 118.00126/2025-14. AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 006/25, QUE INSTITUI O PROGRAMA ALFABETIZA+POA NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO ALEGRE.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais, CONVIDA a comunidade Porto-Alegrense para a Audiência Pública, a ocorrer no dia 27 de março de 2025, às 14 horas, através de videoconferência pela plataforma Zoom (<https://zoom.us/>), onde os cidadãos também poderão participar, mediante inscrição em <https://audienciaspublicas.camarapoa.rs.gov.br/>. O link para acesso à sala virtual do referido evento se encontra disponibilizado no mesmo local. Detalhes da proposição poderão ser obtidos em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/140931>. Os participantes poderão se manifestar por escrito e/ou encaminhar documentos referentes ao assunto em debate, através do e-mail audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br. As manifestações, durante a Audiência Pública, se darão mediante inscrição, após a abertura do evento. A Audiência Pública será transmitida pela TV Câmara, canal 16 da NET, pelo canal digital 11.3, e pelo Youtube em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/institucional/tvcamara>.
Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2025. **VEREADORA COMANDANTE NÁDIA, Presidente.**

O PLE nº 006/25, que será o objetivo de debate desta audiência pública, institui, no âmbito da Rede Municipal de Educação, o Programa Alfabetiza+POA, que tem por objetivo garantir a alfabetização de crianças até o 2º ano do ensino fundamental. São objetivos do Programa Alfabetiza+POA: criar uma identidade de rede para o Município de Porto Alegre por meio de uma política pública específica e focada na alfabetização; garantir que as ações pedagógicas dialoguem com os referenciais curriculares da rede municipal; estabelecer o Núcleo de Alfabetização da Rede Municipal de Educação de Porto Alegre, que envolva professores alfabetizadores, supervisores e gestores escolares; qualificar as equipes da coordenação, enfim, muitos objetivos desse projeto. E esta audiência pública está acontecendo por solicitação do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre, o Simpa, que assim entendeu em poder discutir esta matéria.



Quero dar algumas informações preliminares: a primeira coisa que vai acontecer é nós ouvirmos o Executivo, mais precisamente o Secretário de Educação, Leonardo Pascoal, que já se encontra conosco, para que ele possa explicar o que quer dizer esse projeto, quais as medidas a serem tomadas por ele e o porquê é importante para a nossa Porto Alegre. Fora isso, depois dos 15 minutos que serão destinados ao Executivo, nós teremos 15 minutos destinados ao Simpa para fazer a sua contraposição e, em seguida, nós vamos ouvir as pessoas que vão se inscrever para poderem também ter as suas falas e os seus contrapontos a respeito desse projeto. Assim que eu pedir para o diretor legislativo, nós vamos abrir o *chat*, o *chat* vai ser aberto para todas as pessoas e ali vão acontecer as inscrições da sociedade civil. Ali é importante que cada pessoa coloque seu nome completo e diga: “sou contra o projeto” ou “sou a favor do projeto”. Os cinco primeiros contra e os cinco primeiros a favor serão chamados em ordem, uma vez contra, uma vez a favor, para também darem os seus posicionamentos, os quais são muito importantes para todos nós aqui, da Câmara de Vereadores. Os vereadores, tal qual foi a audiência pública da parte da manhã, farão suas inscrições juntamente ao nosso WhatsApp dos vereadores, em que eu vou estar recebendo as informações. Toda essa audiência está sendo transmitida pelo YouTube da TVCâmara Porto Alegre, pelo canal aberto 11.3 da TV aberta digital e também pelo 516 da NET, Claro. Diretor legislativo, eu vou solicitar que o senhor abra o *chat* para as inscrições e o senhor tem mais alguma orientação que eu esqueci?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não, Presidente, está correto. Todas as informações foram passadas pela senhora e o *chat* está aberto.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Então estão abertas as inscrições, lembrando, nome completo, “a favor” ou “contra” e ainda, em seguida, nós vamos estar chamando cada pessoa que se inscrever. A Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais da Casa informa que vamos ter a transcrição completa



desta audiência pública, desde que solicitada por meio do *e-mail* pronunciamentos@camarapoa.rs.gov.br. Dito isso, estamos já colhendo as solicitações de quem deseja falar e eu vou passar de pronto a palavra ao secretário Leonardo Pascoal, que é o secretário de Educação Municipal, para que possa fazer as suas considerações finais. Secretário, 15 minutos para o senhor.

SR. ANDRÉ CORONEL: Eu vou fazer uma fala inicial antes do Pascoal.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): O som de vocês está muito ruim, viu? Não estou dando ainda o tempo. Eu peço para que todos fechem os microfones, para que a gente não tenha o problema de não entendimento das falas. E quem tem agora o tempo é o secretário André Coronel, desculpa, secretário, juntamente, vai ser esse tempo dividido com o secretário Leonardo Pascoal. (Pausa.)

(Problemas técnicos no som da Secretaria.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Nós não iniciamos ainda, porque acho que estão com um problema técnico na secretaria ali, estou aguardando que o Executivo consiga colocar o áudio. Eu acredito que vocês estejam com mais de um microfone aberto. Vamos testar? Vamos testar. Está com um eco, e nós temos microfones abertos na sala de vocês, esse é o problema do eco.

SR. ANDRÉ CORONEL: Bom, então eu gostaria inicialmente de cumprimentar a Presidente Nádia, as pessoas que nos acompanham e fazer uma fala inicial sobre esse projeto... (Problemas técnicos no som da Secretaria.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Está muito ruim a ligação de vocês, não sei, está muito ruim, não dá para escutar nada.



VEREADOR JONAS REIS (PT): Minha sugestão é que ele coloque no celular direto e faça uma transmissão só com ele no celular.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Jonas. Quem sabe saiam e façam do celular, que acho que acaba ficando melhor. O microfone está fechado, Leonardo. (Pausa.) Está muito ruim a ligação.

SR. LEONARDO PASCOAL: Presidente, vou passar então aqui ao nosso secretário-geral de governo, André Coronel.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Vamos começar agora a contagem dos 15 minutos. Bem-vindo!

SR. ANDRÉ CORONEL: Boa tarde, Comandante Nádia, quero cumprimentá-la pela audiência, os demais vereadores que nos acompanham e todas as pessoas que, seja positivamente ou fazendo oposição ao projeto, nos acompanham. O programa Alfabetiza+ é uma iniciativa do governo municipal que está dentro de um projeto muito maior de melhorar a qualidade de vida do cidadão porto-alegrense. Evidentemente, o secretário Leonardo Pascoal, desde que foi convidado, desde a transição, trabalha em projetos que possam melhorar a qualidade do ensino em Porto Alegre. Isso, evidentemente, passa pela alfabetização. Esse programa vem para tratar desse tema tão importante, tão relevante. Temos conhecimento dos índices hoje com relação à alfabetização até o 2º ano do ensino fundamental e da necessidade de melhorarmos esses índices, principalmente porque tivemos duas situações importantes, históricas, como a covid e, recentemente, o desastre climático da enchente, o que impactou, entre outras políticas, a política da educação. O secretário Pascoal vai detalhar melhor o projeto, e também é importante para as pessoas tirarem dúvidas, eventuais críticas. Nós estamos aqui exatamente para ouvir e, quem sabe, aperfeiçoar o projeto, se for o caso. Então, secretário Pascoal.



SR. LEONARDO PASCOAL: Obrigado, secretário. Boa tarde a todos mais uma vez; Ver.^a Comandante Nádia, Presidente do Legislativo, que preside também esta audiência; todos os presentes, principalmente os nossos parlamentares que acompanham esta audiência pública, e as representações de distintas entidades que participam deste debate. É importante destacar que o Alfabetiza+POA é uma iniciativa da administração municipal, foi concebido no ano de 2022 e colocado em prática a partir daquele ano, claro que com todas as dificuldades naturais de um processo em que a gente vem de uma emergência sanitária, a pandemia de covid-19 e, posteriormente, por conta da calamidade. Esse projeto de lei visa instituir formalmente o Alfabetiza+POA enquanto uma política pública de educação de Porto Alegre, deixando muito claro os seus objetivos focados naturalmente na alfabetização no tempo adequado das crianças aqui da capital. Isso porque Porto Alegre, historicamente, tem um enorme desafio na alfabetização. Nosso Indicador Criança Alfabetizada, que é um indicador do Ministério da Educação, no de 2023, que é o último divulgado, é de 40%, ou seja, 40% dos estudantes ao final do 2º ano da rede municipal estavam plenamente alfabetizados, mas isso é um resultado histórico. Se nós pegarmos a última prova da ANA, antiga Avaliação Nacional da Alfabetização, que é de 2016, o nosso resultado era rigorosamente o mesmo: Porto Alegre também tinha 40% de seus estudantes à época plenamente alfabetizados, com a diferença de que a ANA media essa alfabetização ao final do 3º ano do ensino fundamental, o que, à época, era a Política Nacional de Alfabetização vigente, que estabelecia o ciclo de alfabetização até o 3º ano, que agora está preconizado – já foi o 1º ano – no 2º ano do ensino fundamental. Isso mostra o enorme desafio que a gente tem enquanto rede de educação de conseguir alfabetizar um percentual maior de estudantes no tempo adequado, porque hoje a maioria dessas crianças da capital não saem alfabetizadas plenamente ao final do 2º ano. Então, o Alfabetiza+POA institui isso como uma política permanente, uma política que perpassará governos, uma política permanente do município de Porto Alegre, dando um foco para o processo de alfabetização e estabelecendo algumas estratégias que, naturalmente, vão ser ajustadas e implementadas de acordo



com as diretrizes da mantenedora da rede municipal de educação, a Secretaria Municipal de Educação, e prevendo, dentro dessas estratégias, processos de formação tanto dos professores da alfabetização como das equipes pedagógicas, das equipes diretivas. É um projeto que coloca o processo de alfabetização no centro de atuação da Secretaria Municipal de Educação, estabelecendo, inclusive, a concessão de uma bolsa de aperfeiçoamento destinada aos professores de alfabetização – estabelecidos, neste momento, professores de 1º e 2º anos do ensino fundamental das nossas escolas municipais –, que receberão uma bolsa de forma pecuniária, mensalmente, como um incentivo para que os mesmos participem das formações propostas pelo programa.

Além disso, o programa estabelece a necessidade, a obrigatoriedade de nós termos um processo de monitoramento e avaliação contínuo dessa política, especialmente porque nós entendemos que o trabalho de alfabetização é um trabalho que tem que estar acima de – todos devem estar – mas acima de todos os outros, deve estar muito focado em evidências, naquilo que efetivamente traz resultados concretos na aprendizagem dos estudantes. Essa política pública estabelece esse monitoramento permanente por meio de avaliação, para que a gente possa ir verificando as estratégias e ações que estão dando certo e aquelas que, eventualmente, precisam ser corrigidas, para que a gente faça as intervenções pedagógicas adequadas, necessárias de maneira a elevar continuamente a qualidade do programa.

É importante destacar que o projeto de lei ora discutido aqui nesta audiência pública é um projeto que traz, de forma macro, essas diretrizes do programa, esses objetivos, sem entrar no detalhamento operacional das ações articuladas no ciclo de alfabetização. Também é importante trazer, como um elemento de destaque para esse projeto de lei, que o objetivo aqui é que a gente tenha uma política de rede, porque nós tínhamos distintas iniciativas, algumas com êxito e algumas sem êxito, que, por vezes, eram iniciativas isoladas, pontuais, individuais, sejam de professores, sejam de escolas, que buscavam, nos seus processos pedagógicos, introduzir métodos de alfabetização que entendiam



mais efetivos ou mais adequados, observando as evidências e pesquisas de que dispunham, mas nós não tínhamos uma política enquanto rede municipal de educação. Por isso que se concebeu o Alfabetiza+POA e, dada a importância dessa estratégia, a administração municipal, por meio desse projeto de lei, está tornando essa uma política pública permanente da administração. Poderíamos, como tem sido feito, continuar conduzindo o Alfabetiza+POA como um projeto da secretaria para as escolas, mas entendemos que é necessário formalizar isso por meio de uma política permanente, que torne a alfabetização realmente um processo central do trabalho da Secretaria Municipal de Educação e, acima de tudo, nos permita alcançar essa bolsa de aperfeiçoamento, que nós já gostaríamos de estar pagando aos nossos professores mensalmente, como um estímulo, um incentivo para que eles participem dos processos de formação. Inclusive, a Secretaria estruturou, por meio do seu novo organograma, uma unidade de formação continuada, justamente porque entendemos que esse é um trabalho que precisa de um processo de formação permanente, sistemático, contínuo realmente, para que ele possa produzir bons resultados. Fazer educação, de modo geral, é um grande desafio, mas o ciclo de alfabetização ainda impõe desafios adicionais, dadas suas particularidades, e é por isso que a gente precisa realmente de uma política que seja focalizada na alfabetização, é isso que está se propondo, e nós não temos dúvida nenhuma de que, por meio dessas estratégias e ações, a gente vai conseguir dar um passo muito significativo na elevação da qualidade e colher resultados mais positivos, aumentando gradativamente esse percentual. Lembrando, como disse o secretário André Coronel, que esse projeto integra, faz parte de um escopo muito maior, que é o Porto da Educação, que tem cinco eixos, um conjunto de estratégias, ações e investimentos para a educação de Porto Alegre nos próximos quatro anos, e uma das nossas metas é, justamente, conseguir elevar esse percentual de 40% para, no mínimo, 75% dos nossos estudantes alfabetizados plenamente ao final do 2º ano do ensino fundamental, que é onde a gente tem a medição, pelo Ministério da Educação, do indicador criança alfabetizada.



Presidente, mais uma vez agradecendo a oportunidade, o espaço, e desde já respeitando, de forma muito democrática, as manifestações que vierem, sejam elas positivas ou negativas, o nosso pedido é de que esta Casa Legislativa possa, o quanto antes, apreciar essa matéria e, naturalmente, o nosso pedido é pela aprovação, para que a gente possa formalizar esse programa e já iniciar também o pagamento dessa bolsa de aperfeiçoamento aos nossos 350 professores, aproximadamente, de 1º e 2º anos do ensino fundamental das nossas escolas municipais. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Quatorze minutos. Obrigada, Sr. Secretário Leonardo Pascoal. Passo a palavra para o integrante do Simpa que solicitou audiência. É a Cindi que vai falar?

SRA. CINDI SANDRI: Isso. Tinha caído, acabei de retornar. Está me ouvindo bem?

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Ouvindo bem, Cindi. A senhora tem 15 minutos.

SRA. CINDI SANDRI: Certo, e eu vou dividir a minha fala com a Rosele, que é diretora da ATEMPA, da Associação dos Trabalhadores em Educação. Então, se tu puderes me avisar...

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): A senhora quer que a avise algum tempo?

SRA. CINDI SANDRI: Por favor, quando chegar na metade do tempo, me avise. Tomara que eu me mantenha aqui. Infelizmente, não consegui ouvir as últimas palavras do secretário, mas eu queria fazer aqui as primeiras considerações, agradecendo a presença de todos e todas que estão aqui nesta sala e mais os que estão nos ouvindo, onde esse assunto é, para nós, de maior interesse, no



sentido de que, obviamente, ele traz para dentro da escola, para dentro da rede municipal, vários questionamentos, tendo em vista que, infelizmente, esta audiência pública... Vocês continuam me ouvindo?

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Sim, estamos lhe ouvindo, Sra. Cindi.

SRA. CINDI SANDRI: Está bem. Então, como eu estava falando, inicialmente, esta audiência pública só está acontecendo por ordem judicial. Eu queria trazer essa consideração para entender o quanto é importante a gente poder dialogar com esse modo de operar do governo municipal, onde ele não se coloca à disposição para não só nos ouvir, porque o governo diz que nos ouve, que está sempre disposto ao diálogo, mas também considerar, junto conosco, o que essa rede municipal já tem de acúmulo em relação à qualificação pedagógica, em relação à produção de uma proposta político-pedagógica de rede, como o próprio secretário aqui comenta. Então, de novo, dizendo que o Simpa precisou solicitar a intervenção da justiça para que pudesse acontecer este momento em que nós estamos aqui, finalmente, conseguindo dialogar sobre esse projeto.

A Câmara de Vereadores, é óbvio, é um espaço legítimo no processo de democratização das relações estatais com o Parlamento, mas, como eu estava dizendo, ela acolhe a discussão que deveria já ter acontecido entre o governo e os interessados, além de ser o conjunto da cidade, mas principalmente os que vão executar essa política, que é a comunidade escolar. Para a Câmara de Vereadores, eu entendo que tem duas questões que são as que determinam que o governo apresente esse debate para a Câmara: primeiro, porque tem maioria, a gente deve levar isso em consideração. Levar uma discussão para a Câmara de Vereadores do ponto de vista do governo, em tese, é tranquilo, porque a maior bancada que tem aí é a bancada que apoia o governo municipal. E a outra questão é porque tem repercussão financeira, obviamente que, em não tendo repercussão financeira e não tendo necessidade de ter o aval da Câmara de Vereadores, é legítimo que o governo tome decisões e encaminhe ações do



ponto de vista da realização da sua gestão, porque, afinal de contas, mesmo com o número de votos, o número de abstenções foi maior do que o número de votos que ele recebeu na eleição, mas é legítimo e ninguém questiona isso.

O que nós estamos trazendo, na verdade, é que essa questão que o secretário traz sobre existir uma política de rede, na verdade, tem legislação nacional que determina isso. Nós estamos na segunda gestão do prefeito Melo, e nós estamos já há algum tempo com essa expectativa que, de fato, exista, que se apresente para a rede municipal de ensino dialogar sobre a proposta político-pedagógica do governo municipal, que não deve se ater só aos primeiros anos do ensino fundamental, mas ao conjunto do atendimento educacional que a rede oferece para a cidade de Porto Alegre. Isso não existe até hoje. O que a gente vê são recortes de ações que, infelizmente, na nossa opinião, somente consolidam uma caminhada para a transferência para a iniciativa privada a responsabilidade para o desenvolvimento e execução da proposta político-pedagógica que a rede deve desenvolver, e que, para nós, ali está, inclusive, embutida a questão da eleição de diretores, mas a gente pode falar sobre isso em outro momento, não tem problema, porque essa discussão ainda não foi encerrada. Infelizmente, continuamos dialogando através de mediações judiciais em relação a isso, mas que nos apresentam características que essa gestão nos apresenta.

Quero trazer, como últimas considerações, a questão do indicador de criança alfabetizada que o secretário afirma que, como uma das questões que trouxe a preocupação sobre ter uma intervenção mais específica e mais urgente na questão da alfabetização. Esse indicador de 40% é de 2023, que é justamente, e não é por coincidência, o ano da CPI que a Câmara instalou para investigar as questões referentes às compras irregulares, que não está concluída nem do ponto de vista policial, nem do ponto de vista do resultado e da solução do motivo pelo qual chegou àquela situação. Para nós, a preocupação é de que nós estamos aqui vendo que esse projeto pressupõe a apresentação, também, de material pedagógico para ser desenvolvido dentro da escola. Essa é uma questão bastante preocupante para nós, porque, bem, o Conselho Escolar vai dialogar sobre isso, a gestão democrática que a gente vai defender até que ela



retorne efetivamente na sua totalidade para dentro da escola, ela tem alguma intervenção, alguma interferência, alguma opinião a dar, já foi considerado isso? No nosso ponto de vista, não.

E a última das questões que nos parece bastante importante: essa concessão de Bolsa do Aperfeiçoamento está condicionada a duas questões. A primeira é a assinatura de um termo de compromisso com a SMED, e até onde eu sei, a última consideração que o secretário fez em relação a isso, quando um profissional pergunta para ele: “Mas e se eu não assinar o termo de compromisso?” A resposta dele foi: “Então, passa no RH”. Eu entendo que isso é bastante desrespeitoso do ponto de vista da condição que o gestor se apresenta para dialogar com o profissional, que ele precisa trazer para o seu projeto.

E a última questão é que está sendo respeitadas as disponibilidades financeiras e orçamentárias à concessão do valor dessa Bolsa. Então, quem participar desse processo, quem tiver acesso a essa Bolsa, e é a uma parcela autônoma, ela não vai interferir em nada na vida profissional das pessoas, só vai ter a continuidade dessa Bolsa se tiver disponibilidade orçamentária do governo. E eu digo para vocês, na reunião de hoje pela manhã, o governo tentou nos convencer de que não existia recurso financeiro para dar a reposição da inflação do nosso salário.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Já foram 7 minutos e 20 segundos.

SRA. CINDI SANDRI: Estou concluindo aqui, transferindo, então, agora a minha fala para a Rosele, para ela dar continuidade para o nosso momento de debate.

SRA. ROSELE COZZA BRUNO DE SOUZA: Boa tarde a todos. Meu nome é Rosele Cozza Bruno de Souza. Estão me ouvindo bem? Está. Eu sou uma das diretoras da ATEMPA. Primeiro, quero dizer que nós lamentamos muito pela forma como está se dando essa discussão de um tema que para nós é tão caro como é o tema da alfabetização. Precisa esclarecer que a forma como os índices das avaliações externas está sendo usada é muito grave. Usam os dados e não



analisam o que levou a esses dados, incluindo aí, inclusive, a responsabilidade do governo Melo, que teve somente na primeira gestão quatro secretários da Educação. E, como a Cindi trouxe aqui, sendo uma delas presa por desvio de compras desnecessárias, enquanto desconsiderava-se, nisso tudo, a falta de professores, que nós passamos anos sem professores nas escolas e, pasmem, continuamos sem professores nas escolas ainda, mesmo com o aumento e com o chamamento e contratos. Não considera, em nenhum momento, o número de alunos/mês da rede pública municipal, que é a rede que mais inclui, a segunda rede do Brasil que mais tem alunos de inclusão, são 11% da nossa rede. Desconsidera a precariedade grave das nossas escolas e da estrutura dessas escolas. Desconsidera a falta de qualquer proposta pedagógica construída pela rede ou para a rede, porque, nesses últimos quatro anos, nesses últimos oito anos – inclua aí o governo Marchezan, que foi um caos e destruiu a rede –, não teve nenhuma proposta, nenhum encaminhamento de construção de uma proposta política para a rede. E aí, pessoal, a gente tem o quê? Um secretário que chega, usa os índices da maneira que quer, e a nossa preocupação, como ele mesmo disse, é um projeto que está trazendo um macro, que não traz um detalhamento de como vai ser isso propriamente lá na ponta, na escola. E aí eu quero trazer a seguinte questão: por que, então, já está chegando material nas escolas do Instituto Raiar, que é um instituto privado? Nós temos aí a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que se coloca à disposição para uma construção de uma política, junto com a rede, com todo o *know-how* que tem a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com o legado que tem nos projetos de alfabetização. Aí a gente tem um Instituto Raiar com uma proposta completamente engessada, para não dizer o mais grave, colocando nomes de animais com nomes de pessoas, que podem gerar situações, no mínimo, complicadas dentro de uma sala de aula e de uma escola, para falar o mínimo, porque a gente ainda não analisou mais profundamente esse material.

Mas uma outra coisa, que também não é dito pelo secretário Leonardo, que não menciona em nenhum momento, que a gente pode dizer, o IDEB, durante toda a sua rede, seus dados históricos, desde lá de 2005, quando ele começa, na



rede municipal de Porto Alegre, ele vem em um crescente, não é o melhor? Nós concordamos que temos que melhorar. Inclusive, quando o secretário solicitou à rede e pediu à ATEMPA, especificamente, o que que poderia ser feito, nós lhe enviamos. Agora, pergunto: o que ele faz com isso? Nada, porque ele vai buscar num instituto privado, assim como lá na gestão Marchezan, quando iniciou, e aí posso falar, enquanto professora da rede, gestora da Escola Anísio Teixeira, que foi uma das quatro escolas-piloto para usar o CórTEX, que depois virou o EduSpace, no início, era tudo sem custo, nada ia ser oneroso ao Município, e depois o que a gente viu? O horror que foi o CórTEX na rede de Porto Alegre. Então, o Leonardo Pascoal não coloca que o IDEB, na gestão do Melo, em 2023, foi a única vez que despencou, e isso por que, gente? Está claro, nada de professor, nada de política, reuniões pedagógicas que são colocadas no projeto, nós tínhamos reunião pedagógica, formação continuada, nós tínhamos. Onde foi parar tudo isso? Com a precarização da rede municipal de Porto Alegre. Nós temos hoje professores que ingressam na rede e abandonam essa rede porque não tem um plano de carreira, porque acabaram com o nosso plano de carreira. Nós recebíamos, há 10 anos, muito acima do piso nacional da educação. Hoje, nós estamos muito abaixo do piso, o nível 1, o nível 2 e o nível 3 estão ganhando abaixo do piso nacional do magistério, gente, e isso não é nada? Então, assim, o meu apelo é que a Câmara de Vereadores possa, de fato, como disse hoje o secretário André Coronel, que aqui não tem nada de política de partidário, de ter a legislação. Nós estamos pedindo um olhar para essa rede, que há anos a gente vai, enquanto associação, na Câmara de Vereadores, na Comissão de Educação, e pede que esta Casa olhe para o que está acontecendo na educação de Porto Alegre. Está acontecendo um verdadeiro crime! Acabam com tudo e depois colocam tudo para privatização. Entregar para um instituto privado, como a gente viu, por exemplo, a gente está recebendo de professores – isso eu quero aqui deixar registrado – a preocupação com avaliação completamente inadequadas ao ano/série que esses alunos estão. Então está chegando nas escolas uma avaliação que vai ser feita com os alunos que não está compatível com a capacidade, com a idade e com as condições daquele ano, para depois



dizer o quê? “Ah, não estava bem agora, aqui no início do ano, e, ao final do projeto, do programa vai estar bem.” Então a gente quer incluir nesse projeto, e aí vai a nossa solicitação, que haja uma comissão, que a gente possa acompanhar essa avaliação e que não fique a cargo de outra empresa privada, o acompanhamento dessas avaliações e desse programa que está sendo proposto. Muito obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Foram 15 minutos e 55 segundos, pelo Simpa. Vou abrir agora. Aliás, eu gostaria de deixar uma informação para o Simpa: a audiência pública que está sendo realizada no dia de hoje não tem nada de judicialização, isso é *fake news*. Eu gostaria depois que o Simpa pudesse corrigir o seu erro grave. Porque assim que foram solicitadas para esta Presidente as audiências públicas, todas foram marcadas sem nenhuma judicialização. E mentir, principalmente ao vivo, fica muito feio.

Diretor, vamos colocar primeiro quem já está inscrito da sociedade civil, um “sim”, um “não”. E para os vereadores, a nossa inscrição acontecerá pelo grupo do WhatsApp Legislatura 2025/28, estou aguardando. Muito obrigada.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Senhora Presidente, informamos que as inscrições para falas a favor do projeto são as seguintes: senhoras Ana Cláudia Wolff, Ana Albuquerque, Jaqueline Machado...

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Diretor, só passe a primeira e a segunda.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Desculpe. Só para informar que elas estão... Perfeito.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Já está aqui, passe direto.



SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A senhora quer primeiro qual, a favor ou contra?

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Pode ser um contrário e um a favor.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito. Então, a primeira manifestação contrária é da Sra. Ana Cristina Motta.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Todos que vão falar, só um momentinho dona Ana Cristina, todos terão cinco minutos, eu acho que eu esqueci de dizer isso. Aos quatro minutos eu vou avisar “um minuto para encerrar”. Ok? Obrigada.

SRA. ANA CRISTINA MOTTA: Então, boa tarde à Mesa, boa tarde aos vereadores, vereadoras e ao secretário. Eu sou Ana Cristina Motta, sou professora da rede municipal há 23 anos e trabalho com alfabetização ao longo desses anos. Então, pelo que eu vi do material, é um material que não é inclusivo, porque os nossos estudantes que necessitam de um atendimento priorizado, individualizado, não tem nada adequado ali, não tem nada adaptado para essas crianças. É um material que tira a autonomia do professor no planejamento e na execução das atividades. E, assim, durante muitos anos, eu já vivenciei na rede recursos e RH suficiente para que a gente pudesse ter um laboratório de aprendizagem e professores que auxiliasse na intervenção com as crianças em processo de alfabetização. E isso é muito importante. Aquele atendimento mais individualizado com a criança, fazendo o som da letra, fazendo uma atividade adaptada para aquela criança, repercute muito mais do que um material pronto e padronizado, né? Eu volto a reforçar também o que já foi falado aqui, o quanto essa rede já produziu de materiais, conhecimentos e projetos maravilhosos em conjunto com as universidades. Eu acho que para esse momento era essencial se chamar a UFRGS, a Unisinos – que já foram nossas



parceiras em outros anos, né? – para buscar um projeto com a nossa identidade de rede municipal de Porto Alegre.

E a outra coisa, assim, é que os professores precisam de reposição salarial e não de bolsa-auxílio. O nosso salário congelado há muito tempo, sem as progressões, sem os quinquênios, seja o que for, que a gente veio perdendo ao longo desses anos, isso nos prejudica e muito também, né? Porque o nosso poder aquisitivo vem caindo, a cada ano, mais. E um dos recursos que eu acredito que seja muito importante para elevar os índices é a integralização das escolas municipais. Eu trabalho numa escola integralizada, e a gente vê o quanto as crianças aprendem, evoluem, crescem, tanto na área dos conhecimentos como na questão das humanidades também, né? Das relações entre as pessoas, a questão do antirracismo, a questão de toda a integralidade mesmo do ser humano. Então eu acredito que padronizar um sistema com uma única forma de aprender é equivocado, né? E os textos, pelo que eu vi, estão longe das questões sociais do letramento, por exemplo. Um texto que vai trabalhar só com a família silábica do “ma”, que “Mia ama a mamãe”, é diferente de a gente trabalhar com uma receita, trabalhar com um manual, trabalhar com um bilhete, com uma poesia. Então eu sou contra.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Sra. Ana Cristina – foram 3 minutos e 24 segundos. A favor, quem fala, diretor? Diretor, pode chamar a próxima a favor.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, é a Sra. Ana Claudia Wolff.

SRA. ANA CLAUDIA WOLFF: Boa tarde a todos os presentes, à Presidente da Câmara e aos demais aqui nesta audiência. Eu sou a professora alfabetizadora da EMEF Aramy Silva, eu já sou alfabetizadora na rede há sete anos e anteriormente eu trabalhava na rede privada. Sobre o programa Alfabetiza+POA, eu sou integrante do programa desde 2022, quando ele foi instituído pela



Secretaria de Educação. Eu participei de todas as formações ao longo desses três anos, e, a cada formação, foi se vendo a preocupação em inserir dentro do programa o trabalho com a abordagem da ciência cognitiva da leitura, que trabalha com as neurociências e como a criança aprende a ler e escrever, sendo que o principal objetivo dessa alfabetização e desse trabalho com a leitura e com a escrita é, sim, trabalhar dentro de uma instrução fônica, como ela está sendo apresentada nesse material. O material é elaborado pelo professor Renan Sargiani, que é um dos melhores, uma das nossas maiores referências dentro do Brasil com relação à alfabetização baseada em evidências científicas. O programa foi elaborado a partir de... Ele foi trazido para nós e ele é utilizado amplamente em vários outros lugares do mundo, porque ele se detém a que a gente trabalhe com as crianças a decodificação, ou seja, que as crianças compreendam que o som de cada letra, que elas consigam compreender o som, a relação entre o som e a letra. Sem isso a criança não consegue se alfabetizar, sem isso a criança não consegue ler nem mesmo uma cantiga. Então, as evidências científicas nos dizem, elas estão aqui no material, que eu primeiro preciso dar instrumento para essa criança conseguir ler, pelo menos, até uma placa de rua. Isso eu só vou conseguir fazer se eu trabalhar com as evidências científicas, ou seja, com essa relação da instrução fônica, que não é o método fônico, e sim a instrução explícita e sistemática do trabalho com a leitura e com a escrita.

Outra coisa bem importante é que eu, dentro da minha sala de aula, acho até que o material apresenta pouco conteúdo para uma aula. Eu já precisei fazer várias outras propostas complementares ao material para poder ampliar o trabalho com as crianças. Inclusive, nesta semana, nós já estamos fazendo o trabalho com os animais que estão aqui no livro e que são oriundos dos biomas brasileiros. Eu trabalhei muitos anos com o 5º ano, e a gente conhece bem, conhece esses animais, mas não dá essa ênfase, principalmente para as crianças na alfabetização, e esse livro nos traz essa oportunidade. Então, a gente pode trabalhar, inclusive, aqui, junto com o material, um projeto de



ciências, onde as crianças vão conhecer, por exemplo, quem é a ema, e ela é um dos animais aqui dos biomas brasileiros.

Então, assim, dentro da minha experiência e dentro da minha proposta de sala de aula, eu já trabalhava com a instrução fônica baseada em evidências científicas há muito tempo, então eu, particularmente, sou a favor que tenha chegado um material que tem qualidade. Com relação aos textos, sim, são textos muito simples, que possuem sílabas precisas. Mas isso são textos controlados, ou seja, ali eu estou trabalhando a decodificação e a fluência leitora. Então, essa é a minha visão sobre o material e sobre a importância; realmente, eu acredito que ele tenha a eficiência que ele possui para as crianças. Dentro da minha sala de aula, as crianças estão avançando e estão conseguindo trabalhar com ele. Muito obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Sra. Ana Wolff. Foram 4 minutos e 9 segundos. A Ver. Cláudia Araújo está com a palavra.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Bem, quero cumprimentar a Presidente, cumprimentar o nosso secretário de educação, o Simpa, que fez a solicitação da audiência pública e a todos que estão conosco aí nesta audiência. Acho que é importante nós trazermos a importância desse projeto. Nós temos, desde a gestão anterior, uma preocupação muito grande com a educação. Estamos trabalhando para reduzir a nossa falta de vagas, a melhoria das escolas e, principalmente, a questão dos indicadores da educação. Nós temos metas, que o secretário também comentou, mas é importante a gente falar: a criação desse programa de busca ativa também e de correção de fluxo para reduzir a distorção da idade, nas séries, de 40% é muito importante; dobrar as escolas integrais, que foi falado anteriormente; é importante a questão da inclusão; e é importante também essa questão das escolas integrais, até para que as mães possam trabalhar – elas muitas vezes precisam disso -; as crianças com algum tipo de deficiência também; a alfabetização dos alunos, ou seja, alfabetizar 75% dos alunos até o 2º ano, pois hoje muitas vezes não acontece, ou seja, do 1º e



2º anos, onde as crianças são alfabetizadas, é a base para todo o trabalho, toda a vida dessas crianças durante a faixa escolar – então, é muito importante; nós estamos também trabalhando a questão da nomeação de professores – desde 2021, nomeamos 1.871 professores efetivos, é a maior média da nossa história em Porto Alegre; as vagas, estamos trabalhando para reduzir e para zerar as vagas dentro desses próximos quatro anos, quer dizer, a falta de vagas que nós temos na educação infantil também; a estrutura das escolas, que nós sabemos que tem muitos problemas – durante a enchente, nós precisamos muito, inclusive, da iniciativa privada, para nos ajudar, para ser parceiros, para que a gente pudesse reativar muitas escolas; a questão do auxílio do material escolar, que é tão importante também; as escolas bem cuidadas; a ampliação do transporte escolar; o Wi-Fi das escolas; e tantas coisas que foram faladas aqui. Então, a qualificação, o desenvolvimento da educação, a capacitação, fomentar melhorias nas práticas pedagógicas é extremamente importante para que a gente possa reduzir esses índices que são tão alarmantes, tão cruéis dentro da nossa educação. Eu quero parabenizar aqui o secretário, o prefeito, por esse olhar, e nós estaremos na Câmara de Vereadores aprovando esse projeto, porque ele é extremamente importante para a educação da nossa cidade. Muito obrigada, Presidente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Cláudia. Foram 2 minutos e 49 segundos. Diretor, por favor, a próxima pessoa contrária ao projeto.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): É a Sra. Márcia Apolo Ferreira.

SRA. MÁRCIA APOLO FERREIRA: Boa tarde a todos e todas, sou professora aposentada da rede, 34 anos de trabalho, 27 de sala de aula, principalmente em alfabetização, então é um assunto que eu tenho, assim, a maior estima. Eu acho que esses momentos, quando a gente vem para uma audiência pública discutir, não é o caso de ser contra ou a favor, são, sim, indagações e coisas que



anteriormente... Eu não sei por que o sorrisinho da vereadora, mas, tudo bem, eu acho um pouco desrespeitoso.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Não entendi, professora, a senhora está com algum problema, professora? Eu estou conversando aqui...

SRA. MÁRCIA APOLO FERREIRA: Não, eu acho que a senhora ficar rindo quando eu estou fazendo a minha comunicação é desrespeitoso, me desculpa.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Não estou rindo da senhora, a senhora tem o seu tempo garantido. Como professora, a senhora tenha mais educação com a Presidente da Câmara.

SRA. MÁRCIA APOLO FERREIRA: Não, eu não estou sendo mal-educada, mas quando eu estava falando, a senhora deu um sorriso sarcástico, aí eu disse, opa, é comigo.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): O mundo não gira em torno da senhora, professora, pode continuar.

SRA. MÁRCIA APOLO FERREIRA: Neste momento, ele gira, porque eu estou com a palavra.

Bom, a questão é que a gente tem visto na Câmara o contra e o a favor, e a gente, nesta audiência, quer explicações e conversar sobre esse projeto. Ninguém é contra que tenha um projeto que melhore a educação, isso é óbvio, a gente quer exatamente isso, que os alunos do 2º ano sejam alfabetizados na sua totalidade. Mas aí nós temos que ver... E eu li o projeto de cabo a rabo e ele fala justamente da utilização de metodologia adequada de planejamento. Que metodologia adequada é essa? Porque não está no projeto, mas nós sabemos que já tem um instituto, que há um convênio para fazer esse tipo de trabalho, e



eu acho que isso tem que ser explicitado pelo secretário Pascoal, inclusive com materiais complementares.

A Bolsa de Aperfeiçoamento, eu nem vou dizer, porque eu acho que essa questão é realmente bastante difícil para nós num momento em que nós estamos com 33% de defasagem, desde o tempo dos quatro anos do Marchezan e mais dois anos agora do prefeito Melo, e, além disso, nós estamos abaixo do piso nacional. Então, eu acho que tem que ser para todo mundo e ter o respeito com toda a nossa rede e os nossos educadores. Fala também em contribuição de instituições públicas e privadas, mas a gente vê, muitas vezes, que as nossas instituições públicas nem são demandadas para ajudar num planejamento da educação. Fala também em realizar planejamento coletivo, isso realmente é extremamente importante, porque esse planejamento coletivo foi retirado da rede pelo e era onde a gente discutia as nossas políticas semanalmente na escola. Então, acho que isso tem que ser um condicionante para todos, não só para o primeiro e segundo ano. E fala também que tem que apresentar resultados de avaliações externas e internas; nunca fomos contra avaliações externas e internas, assim como o modo que elas procedem. Como já disse à Rosele, desde 2007 o IDEB vem num crescente, quando ele começou, e justamente na parte do governo Melo ele decaiu. Nós poderíamos ter falsamente avaliado que a culpa é do governo Melo e não dizer que teve pandemia e que teve enchente que ajudaram nesses condicionantes. Há quatro anos ou mais a gente coloca que a política tem que ser uma política pública de educação e não de governo, para que ela se mantenha em outros governos. Quando, no último governo do atual governo, cinco secretários são trocados, material comprado é jogado fora sem a mínima condição de ser usado pelas escolas, compras superfaturadas, materiais que nós nem vimos chegar e a enchente levou. Então, isso não contribuiu em nada para melhorar os índices da educação.

Eu acho que importante é o diálogo. Na Câmara de Vereadores, quando entra um projeto, que o governo e os que apoiam o governo tenham a disposição de discutir e de melhorar esses projetos, e não simplesmente passarem de roldão qualquer coisa “porque eu sou do governo, com a oposição eu não discuto e eu



aniquilo a oposição”. Isso é muito ruim para nós educadores e para nós servidores aqui da rede.

Eu acho que programas são bons, projetos são bons, mas têm que ser dialogados, têm que ser discutidos. Colocar material de cima para baixo sem as mínimas condições, aí fica difícil, gente. Realmente, nós queremos que aumentem os índices, nós queremos o nosso aluno alfabetizado, por óbvio, mas tem que haver respeito com essa rede de anos, de colegas extremamente qualificados e nós temos que, sim, não colocar secretários que acabam atrás das grades. Obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Sra. Márcia. Foram 6 minutos e 20 segundos. O próximo a favor do projeto, por gentileza, diretor legislativo.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Sra. Ana Albuquerque.

SRA. ANA ALBUQUERQUE: Muito obrigada, boa tarde a todos, ao secretário, à Secretaria de Educação de Porto Alegre, à nossa Presidente e vereadora Comandante Nádia. Meu nome é Ana Cristina Albuquerque também estou na rede municipal desde 2023, fui nomeada nesse último chamamento dos professores e fico muito feliz, vou aproveitar muito esses cinco minutos que a senhora me propôs aqui, Sra. Presidente.

Bom, eu tenho 23 anos de experiência na educação e, desde 2025, em Porto Alegre, nas creches conveniadas; também tenho nove anos de supervisão na rede estadual, no ensino médio. Como a gente está falando hoje, a pauta desta audiência, o objeto dela é a educação baseada em evidências, conforme apresentado para nós, o que eu já coloquei em prática e estou muito feliz, muito entusiasta e tenho como comprovar mediante um portfólio que eu estou construindo com as minhas crianças. Desde 2023 estou na rede, como falei, e consegui constatar – como a gente está falando em evidências –, na supervisão



do Estado, no qual eu trabalhava, acolhendo os alunos no ensino médio, que muitos chegavam sem saber ler e escrever, fato importante que a gente colocava nos conselhos de classe na escola. A gente pesquisava sobre essas crianças que chegavam, esses adolescentes que chegavam no ensino médio, muitos com situações bem melindrosas, sem saber ler e escrever, isso é comprovado também.

Aqui na escola, nós estamos trabalhando – eu e os demais colegas – em cima da consciência fonológica, como a outra colega a favor comentou, a Ana. Eu, por coincidência, no ano passado, me inscrevi numa pós de neuroalfabetização, prática baseada em evidências científicas, e quando eu cheguei, neste ano, na formação que a secretaria ofereceu para nós, eu me surpreendi, porque fazia consonância com o estudo que eu estou realizando com essa especialização, e fiquei muito feliz, porque eu consegui constatar que realmente tem um efeito bastante promissor, esse método que a secretaria está nos oferecendo. A gente tem que, como todo bom professor, ser aberto às novas propostas, porque a humanidade tem sido isso, não é? Aquele que se fechou às novas propostas foi extinto ou desapareceu. A gente, quando fala em consciência fonológica, tem que entender que esse materialzinho é baseado nisso, não é num achismo, não é numa discriminação, como alguns colegas pensam que seja, porque o bom professor tem que ser um bom mediador na sala de aula e construir consciência nas crianças também – tudo é baseado em evidências.

Para os colegas, vou aproveitar o ensejo aqui, como uma boa indicação que pode fazer consonância com o método que a Prefeitura está nos oferecendo: eu utilizo este livro de cabeceira, digo livro de mesa de professor, “Educação Baseada em Evidências: O que todo Professor precisa saber”. Aqui eu encontro teorias atualizadas, porque a gente está falando em neurociência nesse material – quem estuda isso sabe. A década do cérebro é de 1990 para cá, então, de 1990 para trás, muita coisa se transformou. Hoje nós temos crianças aqui na escola que chegam no primeiro ano – sou professora de primeiro ano – sem saber mexer na mãozinha para abrir uma garrafinha d'água, e isso tudo é um trabalho que a gente faz baseado em neurociência. A coordenação motora, a



executiva de parar e pensar: “o que eu vou fazer para abrir a garrafinha da minha água”. E isso tudo com o professor, e, modéstia parte, eu estou fazendo o meu trabalho, porque quando eu assumi em outubro...

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Para concluir.

SRA. ANA ALBUQUERQUE: Só para se concluir, Presidente. Quando eu entrei em outubro na rede municipal, como professora, porque já tenho experiências anteriores, lembro da fala do Sr. Prefeito, que disse assim: “Vocês que estão chegando agora, vocês seguirão; eu, um dia, sairei, e vocês seguirão. Então, está na mão de vocês essa transformação de humanidade.”

Então, eu agradeço muito a oportunidade, Sra. Presidente, e quero dizer que sou a favor, estou muito feliz e entusiasta aí com esse projeto. Obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Sra. Ana Albuquerque. Inscrito está o Ver. Jonas Reis.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado pela palavra, peço que a senhora professora Ana desligue o microfone, por gentileza. Nós temos um problema gravíssimo na cidade: corrupção na educação. É disso que precisa tratar a cidade. O dinheiro da educação foi para o ralo, R\$ 140 milhões, e o governo não fala nada. Aí, vem apresentar um programinha que não trata da rede como um todo. Tem 7 mil crianças fora da sala de aula. Sabe por que, secretário Pascoal, nós temos problema de alfabetização? Porque os professores deste Município recebem 33% abaixo do salário, e o senhor está oferecendo uma bolsinha que não vai ter repercussão nem na aposentadoria dessas pessoas, dessas mulheres, porque a maioria são mulheres.

Portanto, eu queria entender o que o Sebastião Melo pensa na cabeça de não pagar o que deve às professoras do Município. Isso é vergonha em uma cidade que deve R\$ 2 bilhões para a educação, só nos dois anos da pandemia. Da pandemia, ninguém fala; da pandemia, que estavam negociando a US\$ 1,00 por



vacina lá em Brasília e que deixaram as pessoas sem vacina porque estavam negociando, e as escolas, conseqüentemente, fechadas. A repercussão toda do processo de alfabetização tem a ver com isso também.

Mas eu falo aqui como doutor em educação. Tive o privilégio de, com recursos públicos, me formar doutor em educação. Portanto, secretário, eu sei muito mais do que o senhor sobre educação, porque estou na sala de aula desde 2008 e o senhor nunca esteve na sala de aula, não sabe nada. Está aí trazendo um programinha que eu não sei quem vai lucrar. Quero até fazer essa pergunta: quem é a empresa que vai ganhar dinheiro? Eu faço essa pergunta de forma muito humilde, porque vi que o prefeito Melo, no governo anterior, assinou um decreto flexibilizando compras. Foi lá a secretária Sônia, fez várias compras na cidade e depois ela foi presa. Então, eu faço com muita preocupação e zelo pela cidade e pelos recursos públicos.

Quero lembrar também a V. Exa., secretário, que, para discutir realmente condições para a educação, é preciso que as crianças tenham acesso à saúde, que está no Estatuto da Criança e do Adolescente, e não tem acesso nesta cidade. A gente não consegue mandar uma criança fazer óculos, porque a Prefeitura não tem mais serviço com especialistas, não tem mais pediatra. Quando um professor ou uma professora chama a família para conversar sobre as questões de saúde, não tem pediatra nos postos de saúde. E o pior é a assistência social, que uma mãe pobre, sem emprego, procura uma cesta básica num sistema de assistência que deveria funcionar e não tem. Então, é todo um conjunto de políticas que precisa existir. Querem colocar no colo das professoras alfabetizadoras, que têm 40 horas, 60 horas, que a responsabilidade de alfabetização é delas. Não é delas, é do conjunto da sociedade que, inclusive, criminaliza a pobreza, quando temos crianças que moram precariamente na beira de arroios, nas encostas de morro, e não fazem três refeições ao dia, que é o caso de Porto Alegre.

Então, secretário, se o senhor quiser fazer um programa sério, comece pagando o que deve ao magistério, porque a Prefeitura deve 33%. Aí, eu vou entender que esse programa é aceitável. Do contrário, esse programa é um paliativo de



alguém que tem que mostrar alguma coisa para parecer que está querendo fazer, quando, na verdade, é mais do mesmo: desvalorização da carreira. Porque nós temos que pensar que essas alfabetizadoras, um dia, vão se aposentar e, quando elas se aposentarem, as bolsas não serão levadas para a aposentadoria, ou seja, será como se elas nunca tivessem participado desse programa, porque elas não vão receber um reconhecimento. E sem contar que isso é pontual, isso é enquanto o governo quiser; nós precisamos de política real de Estado. O Plano Municipal de Educação fala sobre alfabetização, e este governo Melo, nem o Marchezan cumpriram; quero ver se o governo Melo 2 vai cumprir. Agora, o ciclo de alfabetização começa quando a criança tem acesso à educação infantil, o que, em Porto Alegre, infelizmente, a maioria não tem acesso.

Então, vocês estão fazendo uma partezinha pequena, primeiro e segundo ano, quando o fundamental tem nove anos, e vocês não estão dando conta dos direitos das crianças. Hoje, temos 15 mil pedidos no Conselho Tutelar da região sul, sobre retirada de direitos das crianças e, só na educação, são mil vagas de ensino fundamental que faltam. Como vocês acham que vamos ir bem nos índices, se as crianças estão sendo violentadas, se o Conselho Tutelar não tem viatura para circular na cidade, que é o caso da Restinga? Tem um minuto ainda?

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): O senhor já falou cinco minutos, vereador.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Para concluir, gente, está faltando estrutura em todas as políticas públicas; esse é o resumo que eu queria fazer. Não adianta oferecer uma pequena bolsa. Se essa bolsa for de R\$ 2.500,00 por professor mensal, pode contar comigo, pode contar com o meu voto.

SR. LEONARDO PASCOAL: Presidente, eu só gostaria de repor uma verdade em relação a uma fala do Ver. Jonas.



PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Secretário, o senhor vai ter um tempo depois, no final de todos falarem.

SR. LEONARDO PASCOAL: Mas é que não é no mérito, é sobre a fala pessoal em relação a mim, que não é verdadeira.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Não é possível, secretário, não é possível, está? Só no final mesmo, aí o senhor retoma.

SR. LEONARDO PASCOAL: Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Vereador, o senhor falou por 5 minutos e 30 segundos. Por favor, diretor, um contrário ao projeto.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, Presidente. Próximo nome contrário é a Sra. Luíza Rodeski.

SRA. LUÍZA KONZEN RODESKI: Boa tarde. Eu sou a Luíza – não sei se conseguem me ouvir bem? –, sou professora na rede municipal, professora alfabetizadora, mestra em educação, mas, neste lugar, escolho falar como professora. Quando a gente recebe uma leva de materiais estruturados, a gente coloca o objetivo da professora em cumprir aquele cronograma, que é extensamente impossível dentro de uma sala de aula, certo? E a gente tira essa professora de uma conexão com as reais necessidades dos alunos, que incluem alunos de inclusão, que incluem uma série de níveis de aprendizagem que a gente tem dentro de uma sala de aula.

Hoje, a gente sabe que a rede municipal atende crianças da periferia; a rede municipal está aí para isso. E as crianças chegam aqui com diferentes lacunas na aprendizagem, não só por causa da escola, mas por todo um contexto social que as coloca nessa condição, e a escola precisa dar conta. Agora, a pergunta que fica: como é que a gente vai dar conta de uma sala de aula tão heterogênea



com um material que padroniza completamente a aprendizagem dos alunos? Então, se eu estou trabalhando com um aluno que não sabe nem as letras do alfabeto, que não sabe os sons iniciais, como é que a gente vai avançar? E tem que cumprir cronograma, e tem que bater meta. Isso é a gente cavar a nossa própria cova em questão de aprendizagem dos alunos.

Como eu disse, falo do lugar de professora que se sente completamente desrespeitada em ter que receber um tamanho cronograma como o que a gente está recebendo. E não estou falando que a gente não tem que ter metas, a gente precisa de metas, mas as metas são avaliadas constantemente para que possam, a cada dia, ser revistas, diante de tantos imprevistos que acontecem dentro de uma sala de aula. E uma coisa assim, não é querer dar carteiraço, eu acho que a gente fica um pouco nesse discurso, mas quando a gente estuda a questão das neurociências, e as pessoas que se posicionam contra esse programa, em nenhum momento estão desconsiderando a importância das neurociências, a importância, sim, do processo inicial de alfabetização ser conduzido visando a decodificação, visando um automatismo na leitura, na fluência leitora. Esses são conceitos que são indispensáveis na alfabetização – indispensáveis. Só que eles não se resumem a esse programa, eles não são propriedade exclusiva desse programa. A gente precisa caminhar por um processo de construção de conhecimento dos professores da rede, das habilidades que são importantes para a alfabetização, mas não são exclusivas desse programa. A gente pode estudar neurociência, a gente pode estudar fluência, todos esses conceitos que parece que viraram chaves, viraram conceitos que a gente joga quase como para demarcar o discurso, mas são importantes essas habilidades na alfabetização. Agora, definir que o som da letra é exclusividade dessa metodologia, que a gente estudar os fonemas, que é importante – é importante – a gente definir que isso é exclusividade do método fônico, que é exclusividade dessa metodologia é cavar a própria cova. Então, acho que a gente pode sim e deve. O caminho é investir em formação continuada para as professoras, para que a gente tenha tempo de se formar no coletivo das escolas. Isso nos foi retirado, e é o que mais, na prática, para nós que estamos



em sala de aula, é o que mais nos afeta: não termos tempo para conversar com as nossas colegas e fazer a articulação com as universidades, que estão disponíveis. A gente não precisa fazer um grande esforço, pois elas estão disponíveis para nos auxiliar nesse processo de formação continuada e de uma cultura para a rede. Certo? De ensino e aprendizagem qualificado, que não precisa ser padronizado desse jeito.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, 4 minutos e 9 segundos. Mais uma pessoa a favor?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sra. Jaqueline Machado.

SRA. JAQUELINE MACHADO: Gente, boa tarde. Eu fico assim até fiquei pensando assim que quando falam que eu sou a favor, é como se eu estivesse considerando todas as pessoas que são contra essa proposta. E quando eu escuto assim a fala das professoras e dos vereadores, tudo isso tem um fundo de verdade. Eu estou falando em nome do Instituto Raiar, que é a organização que está oferecendo o material pedagógico. E fico fazendo algumas notas aqui, então, na verdade, eu não sou a favor ou contra o projeto, eu sou a favor de que a gente assuma um compromisso moral com as crianças. E a gente não está falando só das crianças de Porto Alegre, a gente vive uma crise no Brasil em relação à alfabetização, e isso também não é um problema da escola pública. Essas crianças são privadas de direitos desde a hora em que nascem, não só em Porto Alegre, mas no Brasil como um todo. E quando eu não estou dentro de escola, eu estou dentro do sistema prisional, eu faço consultoria para as Nações Unidas e também para a socioeducativa, e não raro, eu escuto de um menino de 13 anos que já está preso pela segunda vez, ele fala...

(Manifestações sobrepostas. Ininteligíveis.)



SRA. JAQUELINE MACHADO: Jonas, eu vou te responder isso agora. Essa acho que é a pergunta que eu mais quero responder. Porque eu não queria entrar no Município por conta de tudo que vocês viveram aí, então, o que a gente está tentando fazer aqui é assumir um compromisso moral com essas crianças para que a gente consiga avançar. Então, é importante falar, e eu fiquei um pouco surpresa quando a Rosele traz que é uma organização privada, porque não é uma organização privada, inclusive eu fiz um pedido de reunião com o Sindicato e o Conselho de Educação para esclarecer essas questões, que o Raiar é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos e em hipótese alguma a gente pode receber recursos de qualquer instituição pública, seja do governo, seja de emenda parlamentar, seja de termos de ajuste de conduta; a gente não pode receber nenhum recurso. O material que está sendo ofertado para o Município é com recurso de doação de pessoas físicas. Isso pode ser verificado no *site* do Instituto, no *site* do Pacto, em prestação de contas. Nós não queremos nos relacionar com nenhuma perspectiva de receber recursos, o nosso estatuto não permite isso. Então, acho que esse é o primeiro ponto. Algumas professoras trouxeram sobre isso ser de forma colaborativa, e isso está no âmago dessa política pública. Para que o Pacto pela Alfabetização, que é esse pedacinho que oferta material pedagógico e capacitação, seja colado na gestão pública. Esse projeto precisa ser da comunidade. Tem municípios que já estão há cinco, seis anos dentro do programa porque a comunidade se apropriou. E o que acontece nas gestões públicas? O governo entra, o governo sai, muda o projeto e o professor fica esquizofrênico, porque ele começa com uma coisa, depois ele tem que parar com isso, ele começa com outra coisa... Então, a ideia é que esse seja um projeto de comunidade. Nessa perspectiva, eu queria esclarecer duas coisas: uma das pessoas que está na nossa comissão de desenvolvimento pedagógico é a professora Ana Paula Rigatti Scherer, que é professora da UFRGS e coordena o ALETRA, que é um grupo de alfabetização baseado em evidências. O outro ponto é que a cada dois meses a gente abre fórum com os professores para que a gente possa ouvi-los no sentido de como a gente pode melhorar a metodologia para os próximos anos. Então, o que a



gente está entregando para a rede foi construído também por outros professores. O material não é perfeito, e a gente não tem pretensão disso, mas eu queria que as pessoas que estão de alguma forma desconfortáveis se colocassem numa posição de contribuir para que a gente pudesse melhorar, cada vez mais, o programa. Eu li algumas coisas no *chat* e eu acho que a gente precisa focar, não pode desviar essa discussão, a gente vive num País em que metade das crianças não sabem ler. Isso não é culpa da gestão pública, isso é um problema sistêmico, mas a gente precisa ter um olhar um pouco mais convergente para isso, porque senão a gente vai continuar aumentando indicadores de repetência, vai continuar aumentando indicadores de aprisionamento. Quando a gente olha, por exemplo, para sistema prisional, os que estão lá são homens pretos que não tiveram condição de seguir numa escola. Então, a gente não está falando só de alfabetização. Acho que é nessa perspectiva, assim, quando a gente está lidando com problemas sociais complexos. Eu cheguei no Pará numa comunidade ribeirinha e quilombola que, no ano passado, com o programa, conseguiu alfabetizar 65% das crianças no segundo ano. Não é o que a gente gostaria, mas já é melhor do que a gente teve a nível de Brasil. Então, a proposta aqui, e é muito complexo enquanto as crianças não estão lendo, a gente fica numa perspectiva mais polarizada, e eu super entendo. Inclusive, contei para a Rosele que eu sou filha de sindicalista, então eu cresci assim, e acho que sindicato tem muita função social na perspectiva de controle social. Mas eu acho que agora essas crianças precisam que a gente, como sociedade, assuma um compromisso moral e possa se unir para garantir um direito que é delas, de serem alfabetizadas na idade certa. Então, o que eu posso falar em nome do Instituto Raiar é que a gente sempre esteve aberto para discussão, inclusive, a gente chamou o sindicato para isso e por isso me surpreende um pouco quando eu escuto “é uma organização privada”, porque isso tudo foi explicado, então fiquei um pouco surpresa. Obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Jaqueline. Passo a palavra imediatamente para a Ver.^a Grazi Oliveira.



VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Obrigada, Presidente. Uma boa tarde para todos que estão acompanhando esta audiência. Boa tarde ao secretário Pascoal, aos meus colegas vereadores, ao Simpa e aos professores e professoras que estão participando deste momento. Eu vou tentar ser breve, até porque estou em um momento familiar bem difícil, estou em um velório, mas eu fiz questão de participar deste primeiro momento para ouvir a explanação tanto do Executivo, quanto do Simpa e dos professores. Eu tenho algumas questões, provavelmente eu não vou conseguir ficar para escutar, mas depois eu acompanho a gravação para ter o retorno. Acho que a primeira reflexão que eu quero trazer aqui é por que a alfabetização dos alunos não ocorre na idade certa? Essa é uma pergunta que a gente tem que fazer. Eu faço essa pergunta já dizendo que não tenho contradição, não tenho contrariedade em relação ao programa. O Alfabetiza+POA é um programa que vem para ajudar a sanar esse problema que a gente está tendo em relação à alfabetização, que nós sabemos que é um problema que já vem ocorrendo há muito tempo, que se agrava numa situação em que a gente vem recorrente de uma pandemia e agora com a questão da enchente. Então, não é esse o meu posicionamento aqui, o meu posicionamento aqui é sobre um projeto que, para mim, precisa ter um olhar legislativo. Pensando na perspectiva que o nosso papel, enquanto vereadores, é legislar, ficam para mim algumas lacunas, como tais: o que é que está faltando para essa alfabetização acontecer? Será que é só a bolsa que nós vamos dar para o professor? Ou só o livro com as formações? Será que esse é o único problema para sanar as questões da alfabetização? Eu deixo essa questão para gente pensar junto. Como disse a companheira que me antecedeu, que é do próprio instituto que está fornecendo material, nós temos muitos elementos. Aí eu quero fazer uma observação, porque eu tive a oportunidade de olhar esse material e, particularmente, letramento racial nesse material não existe. Então, a gente está letrando quem? A gente só está ensinando a ler e escrever, mas a gente não está ensinando os nossos alunos a serem do mundo, desde pequenos, que é o momento mais importante, que é o momento que as crianças



estão se conhecendo dentro do espaço social. Então, assim, quando os professores aqui reivindicam que o material não se adequa à diversidade, seja ela quando a gente fala de inclusão, seja ela quando a gente fala racial, eu também faço essa análise. Eu não me vejo nem como professora e nem como aluna nesse material. Então, o primeiro apontamento que eu faço ao Instituto é poder adequar esse material para a diversidade. Seja ele quando nós falamos da inclusão, da adaptação do material para inclusão, seja ele para o letramento racial. Então esse é um ponto que eu sinalizo como não é só a bolsa e não é só o livro que vai resolver o problema da alfabetização. Nós temos dificuldade de atendimento no posto de saúde, nós temos dificuldade no atendimento nos CRAS, nós temos situações de violência doméstica, nós temos situações de abuso, nós temos a fome dentro das casas, nós temos violência no bairro, nós temos “n” problemas sociais que afetam diretamente a alfabetização. E esse é um ponto que precisa ser visto. Esse é um ponto que precisa ser analisado, principalmente por quem gesta.

A outra questão que eu acho que é bastante importante a gente discutir aqui é que a política para a educação precisa ser continuada. O projeto existe desde 2022, e agora, como disse o Leonardo Pascoal, está se tornando uma lei, está se oficializando como lei. E isso é sensacional. Mas a gente precisa entender também como a gente pode adequar, desde 2022 até aqui, o que foi apontado pelos profissionais para melhorar o projeto. Porque eu entendo, vou repetir, que o projeto tem que acontecer, mas ele precisa ser qualificado. E aqui vêm as minhas sugestões para a gestão, inclusive, um pedido para ver se a gestão consegue avaliar com mais tranquilidade sobre essa bolsa que está sendo ofertada aos professores. Como já disse o Simpa, como já disseram outros vereadores que me antecederam, a valorização profissional é algo essencial. Então, eu queria sugerir que, ao invés de a Prefeitura estar ofertando uma bolsa nesse projeto Alfabetiza+POA, que possa ser Função Gratificada. Hoje de manhã nós tivemos uma audiência onde a gente discutiu sobre os CCs e também falamos sobre FGs. Por que os professores concursados não podem ter Função Gratificada? Por que eles não merecem? E depois levarem isso para sua



aposentadoria? Se é tão importante a alfabetização para a nossa cidade, minha proposta é que se estude a possibilidade de não ser bolsa e, sim, ser FG, e se puder, a maior de todas, porque a gente sabe do horror que é estar dentro de uma sala de aula, da responsabilidade que é alfabetizar uma criança e do quanto um professor precisa se dedicar, para além dos espaços da sala de aula, para fazer esse trabalho. E por fim, retomar o laboratório de aprendizagem. O professor na sala de aula não vai salvar o mundo. Pode ter “n” informações, livros a dar com pau, mas nós precisamos ter suporte. Então, o LA, o reajuste, o material ser apoio, tudo isso tem que ser considerado. E por aqui, então, concluo a minha fala. E concluo dizendo que o livro não pode ser um cronograma de exigência estática. Ele precisa ter um complemento, ele precisa ter um apoio, o professor precisa ter liberdade para poder ultrapassar as capas do livro, as folhas do livro. Até porque a criança desenvolve interesses, e esses interesses podem ajudar muito bem no processo de alfabetização. Muito obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Grazi. Seu tempo ficou em 6 minutos e 28 segundos. Uma pessoa da sociedade civil contrária, diretor?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não seria a favor, Presidente?

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): A última que falou foi a Jaqueline Machado, a favor.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Ah, tem razão. Então, é a Sra. Mariana Amália Costa. (Pausa.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): A Sra. Mariana Amália da Costa está presente no *chat* aqui?



SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Ela não está na sala, Presidente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Vamos passar a alguém a favor, então.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): É o senhor Celso Pessanha Machado.

SR. CELSO PESSANHA MACHADO: Olá, pessoal. Eu vou começar me apresentando, eu sou diretor da EMEF Aramy Silva. Eu tenho mestrado e doutorado em educação, em ciência e matemática e, concomitantemente como diretor, sou professor da Universidade Virtual do Estado de São Paulo, universidade pública, no curso de formação de professores de matemática, de Licenciatura em Matemática, que é a minha praia. Eu consigo conciliar, porque a universidade é virtual, é EAD, então, eu consigo conciliar os dois trabalhos. Nos dois, passei por concurso público.

Eu noto aqui dois consensos na nossa conversa, eu procuro os consensos quando a gente está em alguma discussão de grupo. Em primeiro lugar, eu percebo em todas as falas, em todas as pessoas, eu acho esse rótulo também chato, de ser contra ou a favor, mas eu percebo em todas as falas, dos vereadores, do secretário de educação, da escola, dos meus professores, da minha comunidade, o que a gente quer é o melhor para a educação. Nós temos pontos de vista diversos, podemos perceber caminhos diferentes, mas isso é consensual. E o segundo é que todos são a favor do debate. Todo mundo que falou até agora disse que o debate é importante. Quanta coisa a gente tem a aprender, a melhorar e a qualificar os nossos projetos a partir dessa discussão, toda uma série de pontos que foram apresentados por todas as pessoas que conversaram até agora, que podem servir para análise da Secretaria de Educação, para discussão pública, e poder melhorar.



Por que eu defendo este projeto? Eu ouvi a explanação da Jaqueline Machado. Eu fui nas reuniões do Pacto, escutei, e ela é uma pessoa que tem muito crédito comigo, porque eu já a conheço de outros eventos, outros trabalhos que ela fez, e ela sempre foi uma pessoa muito séria e comprometida com as coisas que faz. Então, quando ela fala que esse é um projeto de comunidade, é um projeto para ser debatido, um projeto... Eu acredito nela, eu acredito que isso é possível, a gente fazer essa construção. E como eu sou professor de matemática, eu tenho um doutorado, inclusive, na área, eu vou exemplificar. A Ana Wolff, que falou mais cedo, é professora na minha escola, alfabetizadora, e ela utiliza o método fônico, quando eu faço a comparação entre o resultado da turma dela e outros resultados, eu não tenho o que discutir, eu não posso discutir com números. Ela me apresenta quase 100% – apresentou no último ano – de alfabetização na turma de primeiro ano. Então, evidentemente, isso me chama a atenção. Evidentemente, isso, para mim, é um forte indicativo de que o método é um bom caminho. Eu não vou, não posso discutir com isso, com essa realidade que se apresenta para mim. Eu acho importante, e acho importante também que a gente tenha uma política pública. Se ela não é ideal, se ela é boa, é ruim, aí cabe o debate que a gente está executando aqui, nesta reunião que a Câmara está promovendo. Se ele não é o ideal, mas é melhor algum projeto do que nenhum, na nossa concepção. E ele pode, deve, qualquer coisa que for apresentada sempre pode ser melhorada. E são essas opiniões que as pessoas estão conversando, estamos falando, que vão levar a gente a essa qualificação.

Ano passado, na nossa escola, a alfabetização já foi o tema do ano – a gente foi atropelado pela enchente –, mas por quê? Porque a gente percebe que há problemas. Quais são as origens? Cada pessoa que falou tem as suas explicações, mas nós temos que promover alguma coisa para tentar reverter, e só o fato de a gente estar com essa discussão aqui, eu acho que já é um crescimento em prol daquilo que é o melhor para a nossa sociedade. Era isso, Presidente.



PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Quatro minutos e cinco segundos; muito obrigada, Sr. Celso Pessanha. A Maria Amália da Costa retornou? (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES: Não.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Não, então vamos chamar a Andreza. (Pausa.) Sra. Andreza Freitas.

SRA. ANDREZA FREITAS DA SILVA BATISTA: Oi, tudo bem? Está aparecendo o meu rosto ou não?

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Não, a senhora tem que abrir uma câmera que tem abaixo, no *chat*.

SRA. ANDREZA FREITAS DA SILVA BATISTA: Deixa eu ver... Não está aparecendo para mim. Eu posso ir falando sem aparecer o meu rosto? Aqui, achei. Boa tarde a todos.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Agora, sim. A senhora tem cinco minutos, quando faltar um minuto, eu aviso. Obrigada.

SRA. ANDREZA FREITAS DA SILVA BATISTA: Certinho, então. Boa tarde, sou a professora Andreza, atualmente supervisora na EMEF São Pedro. Eu sou uma professora apaixonada pela alfabetização. Em 2010, eu tive a oportunidade de trabalhar um programa estruturado, e posso dizer que isso transformou a minha prática pedagógica. Eu tinha muito receio de alfabetizar e não conseguir fazer aquele trabalho, o trabalho adequado e fazer com que as crianças se alfabetizassem. Com o passar do tempo, eu vi que é possível, sim, através de um ensino estruturado, desenvolver um trabalho integrado com outras questões, porque o material tem toda a sua estrutura, mas também te deixa aberto para



fazer aquilo que tu tens vontade, aquilo que tu acreditas. Eu aprendi muito com o ensino estruturado, e, no Município de Viamão, onde também trabalho, eu fui formadora da alfabetização, formei muitos alfabetizadores, então, posso dizer que o ensino estruturado transformou a minha prática pedagógica e me tornou uma professora protagonista da alfabetização. Entrei no Município de Porto Alegre há 10 anos, e quando eu entrei no Município, não se tinha um norte de alfabetização, e eu trouxe muito dessas ideias, desse ensino estruturado que eu tive a honra de participar. E no ano de 2023, eu passei a ser supervisora, já era alfabetizadora da rede, tinha essa necessidade de um norte, e com o programa Alfabetiza+POA eu tive a oportunidade de participar de formações continuadas, e começou-se a ter esse olhar especial pela alfabetização. E através dessas formações continuadas, nós começamos a pensar sobre níveis de escrita, sobre ambiente alfabetizador, que eu sentia muita falta. Então, o programa Alfabetiza+POA veio para nos trazer um norte na alfabetização, e isso é muito importante. Eu vejo as minhas professoras com a necessidade de uma formação continuada, porque a formação inicial não te dá o suporte necessário para tu lidares com a demanda da sala de aula. Tem a questão da educação inclusiva? Tem, sim; e eu sou professora de educação inclusiva, mas tudo é pela mediação do professor. O professor, tendo o ensino estruturado, vai conseguir fazer um trabalho de adaptação curricular, tendo esse olhar especial pela criança de educação inclusiva. Eu sei de todas as demandas que nós temos na rede, mas eu acredito que a gente sempre tem que olhar pelo lado positivo. Então, eu fico muito feliz, pessoal aí da secretaria, os secretários de educação, por estarem tendo esse olhar especial pelas alfabetizadoras. Uma bolsa faz com que a gente ganhe um gás, que a gente se motive mais para trabalhar. Sou supervisora, eu sei da demanda, eu sei da falta de professores, eu sei de tudo, mas isso é uma coisa positiva; então, eu sou muito a favor a essa bolsa. E acredito que o ensino estruturado do Instituto Raiar vai nos ajudar ainda mais, é mais uma estratégia do programa Alfabetiza+POA em prol das nossas crianças. O que nós queremos é o melhor para os nossos alunos, e eu acredito que todas essas estratégias são para qualificar o ensino, e nós precisamos olhar pelo lado positivo. É uma bolsa?



Que bom que é uma bolsa. Ah, é um ensino estruturado? Vamos ver as coisas positivas. Imaginem eu, que tinha medo de alfabetizar, eu norteei o ensino de toda a rede municipal do Município de Viamão, por quê? Porque eu tive a vontade de transformar a minha prática pedagógica, e o ensino estruturado me ensinou muito. E eu vejo isso como muito positivo para a rede. Tem muitos professores que precisam de um norte, e eu acredito que é isso que o Instituto Raiar e o Alfabetiza+POA estão tentando nos dar, mas eu acho que temos que estar abertos para isso, para que ocorra essa transformação. Problemas, eu sei que existem, nem tudo é perfeito.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Um minuto.

SRA. ANDREZA FREITAS DA SILVA BATISTA: Está certo. Nem tudo é perfeito, mas eu acredito que são estratégias para qualificar o ensino e fazer o melhor pelos nossos alunos. Então eu sou a favor e acredito, sim, que esse programa e o Alfabetiza+POA vão transformar, sim, a vida de muitos alunos. Muito obrigada pela atenção de todos.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, professora Andreza. A Maria Amália da Costa? (Pausa.) Nós temos já cinco pessoas que falaram a favor, três pessoas contra, como eu fiz em todas as outras audiências públicas. Explicando, voltamos, cinco pessoas falaram a favor e três pessoas falaram contrárias, como eu fiz em todas as outras audiências, tendo em vista termos mais pessoas inscritas aqui: Vanessa Trombini, a favor. Vou passar a palavra para a Sra. Vanessa Trombini.

SRA. VANESSA BERCHT TROMBINI: Boa tarde! Bom, parabênzo todo mundo pelo momento de podermos conversar. Eu estou aqui representando a Associação de Escolas Privadas de Educação Infantil – AEPEI, de Porto Alegre; e falo como sociedade civil também, porque é muito importante um debate como este num momento que a gente entende que todos nós aqui, independentemente



de ser contrário ou a favor de um projeto, nós somos a favor de uma mesma coisa, que as crianças se alfabetizem no tempo certo, que as crianças tenham o conhecimento e o aprendizado que elas merecem ter, independentemente das suas condições econômicas, independentemente de estarem em uma escola pública ou numa escola privada. E pode parecer estranho estarmos aqui falando, por sermos uma associação de escolas privadas, mas é porque a nossa associação se preocupa é com a infância. Nós estamos botando sempre a criança como centro da nossa conversa; é por isso a nossa participação aqui neste momento também, porque, para nós, é de uma sociedade que nós estamos falando. Nós não estamos falando de a criança ser do Estado, do Município, daqui ou de lá, nós estamos falando que todas elas merecem ter condições de aprendizado. E me surpreende quando a gente vem querer ser contra ou a favor de algo e não ser a favor de construir algo melhor, ou seja, se a SMED, se a secretaria atual está preocupada, foi atrás de um programa que não tem nenhum cunho, neste momento, para angariar fundos, como muitas falas vieram aqui, por que não a gente poder aceitar um programa desse tipo que vem para somar? Ninguém aqui está tirando, ao menos no meu entendimento, pelas falas de ambas, dos professores, a favor ou contra, ninguém está tirando a autonomia de um professor, ninguém está dizendo que essa é a única forma de se ensinar dentro da sala de aula. A gente está trazendo um norte para os profissionais, um norte para aquelas crianças se alfabetizarem no tempo certo, um norte de um trabalho que a gente sabe que tem as chances de funcionar melhor, mas como disse uma das vereadoras: “Nem só disso vai ser feito o resultado, tem outras coisas também.” Ninguém está aqui dizendo que vai usar um programa desses – corrijam-me se eu estiver errada – e não vão dar formação para os seus professores. Nós estamos falando de algo que se soma e parece que toda vez que a gente vai falar sobre educação ou qualquer outra coisa que envolve política, nós estamos sempre falando de tirar algo ou dar algo, mas nunca a gente falar que a gente pode estar em conjunto em algo e não ser, como eu brinco, para não falar de política, é *yin e yang*, não precisa, nós só precisamos falar sobre criança; e nenhuma criança vai ser alfabetizada apenas



se a gente trazer o “Ivo viu a uva”, como alguns acham que é sobre isso que vamos trazer. Negativo, são várias experiências que precisam acontecer. E nenhuma criança também vai se alfabetizar se a gente for fazer esse trabalho apenas no ensino fundamental, nós temos que ter uma boa base na educação infantil. Então, estamos falando de muitas coisas. Então, seria legal que a gente tivesse a mente aberta no sentido de que esse é apenas um programa para a gente poder ter norte, dar norte a algo que nós vimos que está perdido. E ninguém aqui tentou colocar, mas vamos ser bem honestos e colocar a mão na consciência de que está perdido há muitos anos, não é do governo A, B ou C, são de anos que nós estamos falando. Ou seja, estamos agora falando de algo para tentar ir além, não vamos desmerecer e não vamos desmotivar aqueles professores que já estão motivados com algo que está funcionando. Outra coisa que também acho que é muito importante: que alfabetizar não é igual a caminhar, não é igual a falar, ninguém vai sair alfabetizado sem uma técnica para isso acontecer. Diferente de uma criança estar dentro de um ambiente em que as crianças falam com ela, que os professores falam com ela, essa criança vai acabar falando, no ambiente que ela vê pessoas caminhando, se desenvolvendo, fazendo determinados movimentos, essa criança também vai tentar repetir, isso é o normal do desenvolvimento de uma criança; agora, todos nós temos conhecimento, deveríamos ter, como profissionais que estão na área da alfabetização, de que ninguém vai se alfabetizar se não existir uma técnica. E este programa vem para isso, vem para ajudar professores com muito tempo de experiência e professores com pouco tempo de experiência a aplicarem uma técnica; então, fico muito feliz que tem essa iniciativa sendo trazida.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada. A oradora falou por 4 minutos e 56 segundos. Se não tiver ninguém inscrito, passo a palavra...

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Presidente, desculpe interromper. Eu tinha um pedido de inscrição da Sra. Fabiane, mas ela



não deu o nome completo. A senhora está aqui no vídeo, não é? Eu tinha um pedido da Sra. Fabiane, uma inscrição a favor.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Mas de acordo com o regramento, diretor, é o nome completo e se é a favor ou contra. Não tendo mais ninguém inscrito, passamos de imediato a palavra ao Simpa. A Sra. Cindi Sandri, por 10 minutos.

SRA. CINDI SANDRI: De novo divido meu tempo com a professora Rosele. Eu queria começar fazendo alguns comentários, como por exemplo, Vanessa, tu deves ser professora, né? Tu és a representante das escolas de educação infantil de Porto Alegre, provavelmente. Eu acredito que tu devas estar acompanhando, a tua escola e as instituições que tu representas já estão credenciadas no Sistema Municipal de Ensino e tem um debate, inclusive, de rede privada em relação à oferta da educação infantil, como é que ela se relaciona, inclusive com as entidades conveniadas e tal. Então, entendo que nós estamos falando aqui de uma rede, uma rede de atenção em educação para um determinado público, uma determinada faixa etária. Então, levando isso em consideração, eu quero dizer, Jaqueline, dizer aqui para o secretário, dizer para a Presidente, Ver.^a Comandante Nádia, que ninguém aqui está se indispondo ao diálogo. Essa divisão de ser a favor ou contra é uma regra estabelecida na Câmara de Vereadores que não combina, em muitos momentos, inclusive na participação lá na sessão, a assistência lá na sessão plenária da Câmara de Vereadores. Em vários momentos, temos que nos identificar se somos a favor ou contra para ter uma divisão territorial ali de onde é que a gente vai se localizar. Eu não entendo que isso aqui seja uma discussão sobre quem é a favor ou contra a análise, a compreensão da situação. Uma coisa é a avaliação desse processo, dessa conjuntura em que a gente está vivendo. Nós temos algumas diferenças de avaliação porque nós temos lugares diferentes de análise. Há os que têm lugar de análise de dentro da sala de aula, há os que têm lugar de análise de dentro da gestão e há os que, como eu, também têm lugar de análise do ponto



de vista da relação dos servidores e das servidoras com a política que está sendo desenvolvida. E não estou falando aqui de política partidária, podemos até falar sobre isso, mas eu estou falando da política da gestão, que é uma política. O processo pedagógico é uma ação política e pressupõe, por isso, alguns conceitos anteriores nossos. Então é óbvio que permeia – aqui para o secretário também me refiro – a compreensão sobre o que significa o Alfabetiza+POA. Eu entendo que foram várias falas aqui que disseram que não dá para pensar de forma recortada a educação, podemos pensar objetivamente alguns processos que são separados, não descontextualizados do processo total da educação que é oferecida, que é desenvolvida dentro de cada escola, dentro de cada instituição de ensino, não necessariamente, mas que dá para a gente falar sobre alfabetização, dá para falar sobre os anos iniciais, dá para falar sobre o ensino médio, dá para falar sobre a EJA também – que é outro espaço que disputa completamente o fato de que foi totalmente excluído do processo escolar e hoje está vivendo uma situação na rede municipal, infelizmente, bastante difícil, porque estão sendo extintas as turmas e tal. Mas eu volto aqui para a alfabetização, Jaqueline, eu quero te dizer que o Instituto Raiar tem a possibilidade de contribuir com a ação, e é óbvio que o secretário hoje tem, digamos assim, o direito institucional, pelo seu prefeito ter sido eleito, de escolher quem são os parceiros, mas nós também queremos te dizer que tem uma história na rede municipal que quando o gestor busca, quando o gestor solicita, as universidades todas são parceiras, como vocês ouviram aí. E se tu, Jaqueline, pelo Raiar, estás dizendo aqui que tu estás disposta a ouvir a rede municipal, ouvir a rede municipal e não é só um ouvir de ouvidos que não entra para dentro do ser. Não adianta a gente só falar, falar, falar e vocês dizerem que terminou a reunião, que está pronto, está resolvido. Não. Se tudo o que foi ouvido aqui, pelo menos, não te desacomoda para o fato de que sim, tu tens que ouvir mais a rede, tens que buscar na rede mais alimentação sobre esse programa que está sendo realizado, vai ficar lacuna sempre. Desde o fato de que, objetivamente a bolsa de aperfeiçoamento é uma atribuição exclusiva do secretário, ele dá ou ele tira para quem ele quiser, no momento em que ele quiser, até a forma de executar



esse programa dentro da escola, que pode não pressupor o fato de que a escola está naquela comunidade, o fato de que a escola está com aquele problema estrutural, está com aquele problema ainda de falta de profissional para poder dar conta de atendimentos que antes existiam, tinham resultado, agora não existem mais. Então, essa questão para nós é que é fundamental, em que estado está a rede, em que condições ela avança. Ela precisa de condições estruturais, ela precisa de condições materiais, ela precisa de condições humanas também. Só para tu teres uma ideia, Jaqueline, tem professor que é chamado para ser nomeado e tomar posse, e ele desiste porque ele não se sente valorizado, nós não temos mais, sobrou muito pouco do nosso plano de carreira, sobrou muito pouco do que nós tínhamos de direito e que foram sendo retirados à medida que o tempo foi passando. Isso é óbvio que desqualifica o nosso desejo, mas tu estás vendo aqui pelos argumentos que foram trazidos que as colegas e os colegas que se dispuseram a estar hoje presentes neste diálogo, sabem do que eles estão falando, eles têm autoridade sobre o que eles estão falando, desde a sua experiência na escola até a sua formação. Então, essa coisa da neurociência é maravilhosa, vamos dialogar sobre ela, obviamente, mas não descontextualizada, não fora do lugar onde cada um e cada uma está cotidianamente para dar conta de tudo aquilo que já ouviste, desde a quantidade de inclusão, que é a única rede que inclui, até a falta de condição estrutural. E vou dizer mais aqui, eu digo para o secretário, para concluir o meu tempo, é sim por ordem judicial que a Câmara de Vereadores hoje sabe que não pode mais negar nenhum tipo de audiência pública para nós, porque já tem jurisprudência. É isso que eu estava dizendo aqui, Ver.^a Nádia, e a senhora sabe que é verdade. Nunca mais a Câmara vai poder negar audiência pública, porque tem jurisprudência. O juiz já disse que sim, tem que fazer. Por quê? Porque nós podemos provar que não houve debate em lugar nenhum. Está só escrito aqui nesse programa, e volto a dizer, que só está na Câmara de Vereadores por dois motivos: primeiro, porque o governo tem maioria na bancada; e segundo, porque tem repercussão financeira, senão ele nem precisaria fazer – o que é legítimo para o Executivo. Então, essa é a situação que está dada para nós, entendeu?



Essa é a situação que está dada para nós. Nós não queremos ouvir de nenhum professor da rede, de nenhuma professora da rede, que não está sendo ouvido quando está sendo implementado o programa, porque ela tem que mostrar a realidade dela. E ouvida não é simplesmente no *chat*, não é simplesmente porque em algum momento alguém deixou ela falar. Não! É um diálogo. Não é só ouvir, é um diálogo. O governo diz que dialoga conosco, ele não dialoga, ele só nos ouve e diz: “acabou a reunião”. E vai embora. Então, é essa a mudança que tem que acontecer, para que todos queiram a mesma coisa e se organizem para conseguir ter a mesma coisa, ter o objetivo atingido, que é ter uma qualidade na oferta da educação que a gente precisa dar para os alunos que estão na rede municipal, que são todos de população vulnerável, excluída e que não tem nenhuma política do governo que dê conta de melhorar a condição de vida dessas pessoas. É isso que eu queria dizer, para concluir. A Rosele agora termina o meu tempo.

SRA. ROSELE COZZA BRUNO DE SOUZA: Comandante, eu queria pedir antes para desconsiderar um pouquinho. Tenho duas questões de ordem, tá? A primeira é que as professoras que estão participando da audiência perguntam se a Câmara, ou o secretário – que está aqui e que assistiu a audiência – pode dar uma justificativa para o ponto, porque solicitaram que elas batessem o ponto, não é? Então, como elas estão participando aqui, se podem abonar? No sentido de que estão participando.

Então, assim, vou fazer uso, podem contar o meu tempo e dizer primeiro para a Jaqueline que nós ouvimos sim, e te considero muito, tu sabes disso, lá desde o Galera Curtição. Mas a questão, Jaqueline, é que depois da tua fala conosco, nós vamos ver como seria implementado isso na prática. E a gente viu a obrigatoriedade e a forma como foi colocado para os professores, que não sei se tu concordas, acredito que não, pelo que eu te conheço, mas quando tu dizes para o professor “ou segue, ou sai”, essa não é a melhor forma, não é?

Dizer para a Vanessa Trombini, que talvez, como ela não está na rede, ela não saiba como as coisas acontecem. E sim, Vanessa, não tem autonomia, porque



tem prazo, ocupa todo o tempo do professor em sala de aula com essa metodologia. Então, não existe autonomia, não existe liberdade, não existe outra forma de poder trabalhar. E o que a gente está trazendo, e aí trago, porque eu acho que os colegas que falaram têm acordo no sentido de que o que a gente quer é o melhor para as nossas crianças, nós também queremos. Agora, a gente também tem experiência nessa rede e se vocês forem pegar muitos professores, lá do Ana Íris, por exemplo, onde vou fazer aqui a minha propaganda, tem o maior índice do IDEB da rede, a gente tem professores sem esse método estruturado, que alfabetizaram 90, quase 100% da turma também, entende? Então, o que a gente está trazendo aqui é isso. Ok, vai ter. Agora, que as professoras possam ter liberdade de adequar, que as professoras sejam ouvidas naquilo que elas estão fazendo na prática. Porque não é isso, não adianta, Jaqueline, no ano que vem a gente fazer um estudo do que não está bom, é agora que tem que ouvir. E não está sendo, está sendo colocado de forma imposta, obrigatória, sem que as pessoas possam opinar, porque quando tu nos chamaste, junto com a Cláudia, a secretária adjunta, nós falamos, eu te disse que eu, enquanto professora, em alguns momentos, sei da importância de trabalhar, sim, com a questão – como a colega que tem mestrado ali falou, a Luísa – do som, não é? E muitos trabalham. Agora o problema é a forma como está sendo colocada, a imposição dessa forma. E que a gente vai dizer o quê depois? Com uma avaliação que está sendo feita, que tem aí as suas... E os professores estão dizendo que não estão adequadas à realidade das escolas. É isso que a gente quer: sermos ouvidos. E vamos repetir para o secretário, nós queremos contribuir. E se o prefeito Melo estivesse aqui ouvindo esta audiência, ele sabe muito bem, e estaria aqui para dizer que desde que ele entrou nesse governo, lá em 2022, antes até de ele assumir, as direções das escolas procuraram e deram uma lista de coisas para dizer o que precisava. Então aqui não é uma questão de ideologia, de partidarismo, não é isso. Independentemente de quem a gente defende, de quem a gente vota, a gente quer o melhor para essa rede. Agora, para essa rede melhorar, precisa de um plano de carreira, precisa olhar para esses professores e precisa entender o que



a gente está falando. A gente está aqui dizendo que a gente quer participar, mas a gente precisa ser ouvido. E ouvir é fazer junto; não é colocar de cima para baixo como as coisas estão acontecendo, gente. O mínimo que a gente precisa é isso, entendam.

Então, Jaqueline e Vanessa, quero dizer para vocês que sim, a gente também quer muito que essa rede melhore. Muito! Agora, eu tenho 30 anos nessa rede, e eu posso dizer, de tudo que eu passei, o que é bom e o que não é.

Essa professora Ana Albuquerque que entrou, fala dos alunos que chegaram no ensino médio. Por favor, Ana, vamos ser justas né. A que ponto a gente pode pegar uma parcela e dizer, e de tantos outros que são do próprio Estado, que também chegam, que estão na mesma rede, ou lá na escola particular, gente, entende?

Então, assim, como a Jaqueline mesmo disse, a educação, no Brasil, precisa ser pensada como algo maior, não adianta querer colocar a culpa nos professores, porque não é dos professores a culpa. Aliás a gente já faz muito com o pouco que a gente tem, a gente faz milagre nessa rede, a gente tem uma rede que é premiada quando ela participa das coisas, quando nos dão a chance de ter alguma coisa, algum investimento, seja de RH para ter os projetos, seja de professor em sala de aula para poder fazer o que a gente faz muito bem quando a gente tem condições. Agora, a gente está falando aqui de falta de condições, gente, pelo amor de Deus. Se esta Câmara, de fato, quer melhorar essa rede, precisa olhar para isso. A Ver.^a Cláudia falou que foram 1.800, e ainda está faltando, vereadora, ainda estamos com falta de professor, o que mostra que falta planejamento adequado nessa rede. É isso que a gente precisa, o olhar para essa rede para sanar os problemas e para melhorar. E, para fazer isso, a gente precisa conversar, a gente precisa ter formação com esses professores, a gente precisa ter um plano de carreira melhor. Muito obrigada pela participação e pela escuta.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, professora Rosele; 14 minutos e 38 segundos o Simpa utilizou. Volto a dizer para a professora, para



a servidora Cindi, que a audiência pública é um direito de quem solicita desde que preencha os pré-requisitos. Não gastem mais dinheiro, Simpa, com o Judiciário, porque, sempre que procurarem o caminho administrativo, terão desta Presidente todo o cuidado para que ela aconteça. Ok?!

SRA. CINDI SANDRI: Muito obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Passo a palavra para o secretário Leonardo Pascoal que terá também 15 minutos.

SR. MAURICIO CUNHA: Boa tarde, Presidente, estou falando em nome da SMED, Mauricio, secretário adjunto; o secretário Leonardo Pascoal teve que sair, porque ele tem uma agenda agora, então fico responsável pelo fechamento em nome da SMED. Em primeiro lugar, cumprimentar a nossa Presidente da Câmara de Vereadores, Ver.^a Comandante Nádia, agradecer a sua equilibrada condução desta audiência pública, e agradecer à Câmara de Vereadores por essa oportunidade que nos dá para esclarecer às pessoas que se importam com a educação de Porto Alegre os objetivos do programa Alfabetiza+POA, e também ter um debate franco e esclarecedor com o Simpa, com a ATEMPA, com os professores da rede que aqui estiveram, com todos os representantes de entidades que oportunizaram a sua presença aqui para todos nós, podendo conversar sobre educação em Porto Alegre.

Eu acredito que o Alfabetiza+POA é um programa que vem para somar nos esforços da gestão de melhorarmos a educação em Porto Alegre. Nós temos um problema histórico que não é deste governo, não é do governo anterior, é de muitos anos para cá, que há um desafio não atendido na alfabetização na idade certa, pelo menos desde 2016 que se tem a constatação de que 60% das nossas crianças, até o 3º ano, não estavam adequadamente alfabetizadas. O Alfabetiza+POA tem uma meta de reduzir drasticamente esse percentual de não alfabetização para patamares que sejam condizentes com aquilo que nós acreditamos como necessário, pelo menos até o 2º ano do fundamental, de



termos as crianças alfabetizadas. Hoje temos um número que é menor que a metade, pelo menos de cada 10 crianças nas primeiras séries, 1ª e 2ª série, apenas quatro são alfabetizadas adequadamente e seis não se encontram com essa avaliação.

Com isso, eu acredito que esse projeto que vem sendo gestado na secretaria há anos, é um esforço que começou lá em 2022. É importante dizer para todos que estão nesta audiência pública, para os que não sabem, é um projeto realizado pela mão de professores da rede pública municipal. O Alfabetiza+POA se inicia dentro da SMED em 2022, em 2023 ele é lançado num evento com a presença do prefeito Sebastião Melo, inclusive, e não foi possível o seu envio, já amadurecido como projeto, para a Câmara de Vereadores, no ano passado, por conta das dificuldades que nós tivemos com a enchente. Finalmente foi encaminhado em janeiro deste ano, creio que ao aplauso de todos, tanto oposição quanto situação, quando se trata de educação em Porto Alegre, a gente tem que dividir o campo ideológico e pensarmos no bem das crianças.

Quem está aqui na SMED, na gestão da SMED, que faz a política da SMED – como bem disse a presidente do Simpa, política é administração, gestão, direção do município, do estado, como *lato sensu* se fala –, quem está no exercício da política educacional de Porto Alegre se preocupa apenas com as crianças, com o atendimento dos alunos e com a melhoria do ensino em Porto Alegre, que é o que todos clamam. Por isso acredito que o projeto será aprovado com ampla maioria, talvez até com unanimidade, porque, ouvindo todas as falas aqui hoje, eu percebo que existe um entendimento que é um avanço. O Alfabetiza+POA, ao dar, ao oferecer uma bolsa para os professores desses anos iniciais, apenas procura contribuir, avançar, remunerar melhor os nossos formadores, os nossos educadores que alfabetizam as crianças mais jovens da rede, na rede pública e ensino fundamental. Não há como ser detrator dessa ideia. Alhures o campo ideológico, eu acredito que teremos inclusive votos favoráveis do setor de oposição da Câmara. Ouvimos uma vereadora esclarecendo a sua posição favorável em relação ao projeto e, nas outras falas também de quem tem o voto na Câmara de Vereadores, pelo menos eu percebi que há críticas a alguma



condução da gestão pública, mas as críticas fundadas neste projeto, que é um projeto genérico que estabelece diretrizes e intenções de melhoria, não são palpáveis. Acredito que o projeto vem para combater uma realidade histórica que nos envergonha como porto-alegrenses. Então, a gente tem que lutar conjuntamente, todos os setores, sociedade, gestores, vereadores, educadores e as pessoas que formam opinião na educação, como a gente teve aqui várias falas em prol das melhorias que foram oferecidas, que foram propostas. O Alfabetiza+POA é um desses projetos que vem para melhorar. Ele é um projeto que destaca o ensino da alfabetização, esse momento da vida das crianças, ele não tem a pretensão de tratar todos os anos do ensino fundamental. Eu ouvi essa crítica, de que ele não é mais amplo, mas ele se dispõe, ele foi gestado justamente para atender esse déficit de alfabetização que nós temos em Porto Alegre e que nós precisamos melhorar. Ademais, não me parece razoável criticar um projeto que nada mais faz do que oferecer bolsa de incentivo aos educadores, pensando com isso em fazer com que o atendimento dos alunos seja mais cuidadoso, com mais atenção, com mais preocupação. Acredito que o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – de Porto Alegre, que é algo que nos preocupa muito, pode ser melhorado. As condições para que isso aconteça estão sendo tratadas na SMED já há um bom tempo. É um trabalho de fôlego, é um trabalho que deve ser longo, a gente fala em anos de trabalho, e acho que as diretrizes estão lançadas, seja na melhoria dos espaços físicos, seja na percepção de valorização da categoria, seja na perfeita determinação do nosso trabalho pedagógico, de onde a gente quer chegar. Eu creio que essa continuidade na SMED é fundamental no trabalho pedagógico e é isso que nós buscamos.

Ademais, eu gostaria apenas de relacionar duas coisas fora do conceito do projeto, porque se falou muito aqui de outras situações que são estranhas ao projeto de lei, mas que acaba sendo oportuno esclarecer algumas questões. No que diz respeito ao Instituto Raiar, um instituto sem fins lucrativos, como bem disse a Presidente, isso desfaz uma série de monstros que surgem, quem está ganhando dinheiro... Não tem nada disso. O que existe é uma preocupação e



uma parceria com um instituto muito sério que não está se locupletando; está ajudando, auxiliando a educação de Porto Alegre, e qualquer auxílio é bem-vindo sempre.

A outra questão é uma questão bem pessoal, peço escusas para tratar disso, mas, de fato, como o nosso secretário não está aqui para se defender, eu preciso dizer que, em nome dele, foi dito que ele nunca esteve numa sala de aula, isso é uma inverdade, lamento a fala inverídica; a verdade é que o secretário Pascoal foi professor de ensino médio e ensino fundamental. Ele iniciou a sua vida profissional dando aula na rede de Esteio e era professor de iniciação metodologia científica e, até iniciar a caminhada política dele, ele foi professor, sim. Não vem ao caso também maiores detalhes sobre o trabalho dele como professor, mas a gente não pode afirmar que ele não foi professor, não deu aula. E também eu posso dizer com toda tranquilidade, como ex-secretário, ex-titular dessa pasta, eu nunca fui professor, não acredito que ser professor seja um requisito necessário para ser gestor de uma pasta. Mas temos a felicidade de ter um gestor na pasta hoje que foi professor, esse é um fato.

Gostaria de agradecer muito a todos que falaram aqui, tanto aqueles que falaram contra o projeto, mas os seus argumentos são muito esclarecedores para nós, e principalmente aqueles que falaram a favor do projeto, porque percebo que acreditam, desde já, na melhoria da educação e torcem, torcem para que alfabetização em Porto Alegre seja melhorada. Acredito que, quanto mais gente torcer a favor da educação, a favor dessa gestão, a favor da SMED, está torcendo a favor das crianças de Porto Alegre. É isso que nós acreditamos. Gostaria de agradecer muito o momento que a Câmara nos oferece, nos oportuniza. Presidente Ver.^a Comandante Nádia, muito obrigado, em seu nome, agradeço a presença dos demais vereadores, e a SMED fica à disposição de todos que aqui estiveram para dialogar. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, secretário Maurício, foram 12 minutos e 1 segundo. Tendo em vista que cumprimos o rito de mais uma audiência pública, informo que o projeto de lei está pronto para ser votado



a partir do dia 31 de março, e está encerrada a presente audiência pública, agradecendo a todos que aqui permaneceram.

Às 18 horas, teremos outra audiência pública, desta vez falando sobre as vagas na educação infantil, a aquisição de vagas na educação infantil. Muito obrigada.

SRA. ROSELE COZZA BRUNO DE SOUZA: Presidente, por favor, existe a possibilidade da efetividade para as colegas? Como elas fazem para solicitar?

SR. MAURÍCIO CUNHA: Eu posso responder, não é o fórum adequado uma audiência pública tratar de questão funcional, mas a gente pode tratar disso aqui, se a Presidente nos permitir.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Na verdade, não temos como. Se puderem depois conversar com o secretário *inbox* é melhor.

SRA. ROSELE COZZA BRUNO DE SOUZA: Eu chamo, obrigada. Eu chamo o secretário Maurício.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada Rosele, obrigada diretor. Encerramos a presente audiência pública.

(Encerra-se a reunião às 16h25min.)